



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27923 - SP (2021/0220352-8)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
IMPETRANTE : CHEDE E ALMENDARY CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADO : MARIA APPARECIDA CARVALHO SATTELMAYER -
SP115961
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por CHEDE E ALMENDARY CONSTRUTORA LTDA contra decisão que inadmitiu recurso proferida pelo Desembargador Magalhães Coelho nos autos do Processo n. 2204792-18.2019.8.26.0000150003.

Requer seja o presente *writ* recebido determinando-se liminarmente o desarquivamento dos autos, possibilitando o posicionamento pelo autor de despacho não publicado no diário de justiça.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Segundo o art. 105, I, *b*, da Constituição Federal, que demanda interpretação restritiva, o Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança impetrados contra ato de ministro de Estado, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

Não fosse isso, o §1º do art. 10 da Lei n. 12.016/2019, que disciplina o mandado de segurança, assevera que “do ato do relator caberá agravo para o órgão competente do tribunal que integre”.

Aplica-se ao caso, portanto, a Súmula n. 41 do STJ: "O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos."

Ante o exposto, com fundamento no art. 212 do RISTJ, indefiro liminarmente este mandado de segurança em face da incompetência absoluta do Superior Tribunal de Justiça.

Sem condenação em honorários (Súmula n. 105 do STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente